PROJETO PEDAGÓGICO – PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	
INTITUIÇÃO DE ENSINO	Unieducar
CREDENCIAMENTO	Parecer 0305/2021 - Câmara de Educação Superior e Profissional
MANTENEDORA	Unieducar Inteligência Educacional – CNPJ 05.569.970/0001-26
REGISTRO MEC SISTEC	43970 – SISTEC - Parecer CEE-CE No. 305/2021
REGISTRO SICAF – PJ	170038
REGISTRO ABED	5.139 – Categoria Institucional
REGISTRO CFA/CRA	PJ – 3457 – CE

Declaramos, a pedido do(a) interessado(a), e para fins de prova junto ao respectivo órgão empregador, que o curso abaixo citado encontra-se disponível para matrícula, como programa de **Extensão / Capacitação**, junto à **Unieducar**, com data para início e término a definir, conforme carga horária assinalada.

METODOLOGIA: O conteúdo dos cursos de Extensão pode ser disponibilizado conforme a evolução do programa, e em função de sua correspondente carga horária. Os objetos instrucionais são apresentados em uma interface diagramada de fácil navegação no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA. O acesso às videoaulas e demais objetos instrucionais, além de materiais extras disponíveis na biblioteca (e-books), exercícios, audioaulas e videoteca é bastante intuitivo e proporciona uma experiência de interatividade no processo de aprendizagem a distância. Os programas preveem a participação do aluno em atividades de interação no AVA. Tais atividades - passíveis de serem comprovadas, podem ocorrer por meio de conversação em tempo real, fóruns, videoconferências, jogos, aulas participativas, trabalhos em equipe, discussões, dinâmicas de grupo, estudos de caso ou simulações.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DA AÇÃO DE DESENVOLVIMENTO: O programa de Extensão / Capacitação prevê a participação ativa do inscrito nas diversas atividades propostas. O aluno matriculado em um programa de capacitação deve cumprir rigorosamente com o cronograma de atividades a seguir detalhado, aplicando 8 (oito) horas diárias no desenvolvimento das seguintes ações durante todo o período de acesso ao conteúdo:

ATIVIDADES/HORÁRIOS	08h-09h	09h-10h	10h-11h	11h-12h	12h-14h	14h-15h	15h-16h	16h-17h	17h-18h
Videoaulas Audioaulas	■	■			INTERVALO	■	■		
E-books Audiobooks		■	■		INTERVALO		■	■	
Atividades/Interação				■	INTERVALO				■
Suporte c/Tutoria			■	■	INTERVALO			■	
TOTAL DE HORAS DIÁRIAS APLICADAS NO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES									8 (OITO)

SINCRONICIDADE: Os programas de Extensão / Capacitação são caracterizados como síncronos, a partir do momento da inscrição, com a indicação por parte do aluno, da data que iniciará, tendo em vista que passa a ter as datas de início e término definidas.

TUTORIA E FORMAS DE INTERAÇÃO: Os programas de Extensão / Capacitação recebem suporte de uma tutoria especificamente designada para acompanhamento do rendimento dos alunos. A interação é realizada online por meio da plataforma AVA. A tutoria é desenvolvida de modo proativo e consiste na assistência didática, compartilhamento de informações, troca de experiências, estímulo ao cumprimento dos exercícios propostos e cooperação visando o melhor aproveitamento dos conteúdos estudados. A tutoria é desempenhada pelo corpo de tutores da Unieducar e a interação entre tutores, estudantes e a coordenação do curso é exclusivamente online, onde são agendadas ações síncronas em outras modalidades (fóruns, videoconferências, chats etc.). A tutoria efetiva encaminhará módulos de conteúdos com atividades avaliativas semanalmente, para que o estudante possa complementar os estudos quanto ao tema desenvolvido no curso.

AVALIAÇÃO/CERTIFICAÇÃO: Nos programas de Extensão / Capacitação a avaliação é qualitativa e múltipla. A nota da avaliação final pode contemplar fatores e formas de avaliação diversas, tais como a elaboração de redações durante e ao término do programa, bem como a frequência e participação em eventos de conversação em tempo real, nas quais são observadas as contribuições de ordem teórica e prática, além de outras modalidades de avaliação individual, bem, como: a realização de atividade avaliativa ao término de cada aula ou módulo de conteúdo e a realização de atividade avaliativa final, com pontuação, ao término da capacitação. A geração do certificado eletrônico é condicionada à verificação de aproveitamento mínimo de 70% nas atividades de

avaliação. Todos os cursos contam com ferramenta de avaliação de conteúdo (aprendizagem) e institucional, que somente é disponibilizada após transcorrido o prazo mínimo correspondente à carga horária certificada.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR: Os programas de Extensão / Capacitação apresentam organização curricular elaborada a partir de projetos pedagógicos específicos, elaborados por uma equipe pedagógica multidisciplinar, que acompanha o projeto, desenvolvimento e atualização de conteúdo. TECNOLOGIA DE EAD/E-LEARNING: Após a elaboração dos conteúdos é realizada a migração para o Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA, o que demanda a aplicação de tecnologias de Design Instrucional adequadas aos assuntos abordados. MATERIAIS DIDÁTICOS: Os conteúdos programáticos dos cursos de Extensão / Capacitação são lastreados em materiais didáticos constantemente atualizados. Dentre os objetos de aprendizagem podem ser disponibilizados videoaulas; livros eletrônicos (e-books); audioaulas; desafios; exercícios e testes; além de conteúdos de fontes externas, a partir de material relacionado. INTERAÇÃO E SUPORTE ADMINISTRATIVO: Os programas de Extensão / Capacitação contam – além do suporte de tutoria especializada - com uma infraestrutura de apoio que prevê a interação entre alunos e alunos; alunos e professores/tutores; e alunos e pessoal de apoio Administrativo. Essa interação é garantida por meios eletrônicos com registros de chamados e/ou por meio telefônico, conforme o caso. O AVA utilizado pela Unieducar é uma plataforma proprietária, desenvolvida e atualizada permanentemente, e permite, dentre outras facilidades, o acompanhamento das horas de estudo a distância e presencial, conforme o caso. SOBRE A

INSTITUIÇÃO DE ENSINO: A Unieducar é uma Instituição de Ensino Superior mantida pela Unieducar Inteligência Educacional, que atua – desde 2003 - com a idoneidade e credibilidade atestada por diversos órgãos públicos, e empresas privadas, além de milhares de profissionais, servidores públicos, estudantes e professores universitários de todo o Brasil. Instituição de Ensino Credenciada pelo MEC; cadastrada junto ao SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do Governo Federal - como fornecedores de cursos e treinamentos junto à Administração Federal. A Unieducar é associada à ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância e à IELA - International E-Learning Association. Atende mediante Nota de Empenho todos os órgãos públicos Federais, Estaduais, Distritais e Municipais, emitindo a respectiva documentação fiscal (Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica) vinculada às matrículas.

ESTRUTURA DO CURSO - COMPONENTES CURRICULARES

TÍTULO DO PROGRAMA: Medidas Provisórias no Direito Constitucional e Inteligência Artificial

CARGA HORÁRIA: 400 horas

PRAZO MÍNIMO PARA CONCLUSÃO: 50 dias.

PRAZO MÁXIMO PARA CONCLUSÃO: 150 dias.

OBJETIVOS GERAIS:

Atualização Estratégica em Direito Constitucional

O curso **Medidas Provisórias no Direito Constitucional e Inteligência Artificial** oferece uma formação atual e aplicada para profissionais, servidores públicos, gestores, assessores, advogados e demais interessados em compreender o funcionamento das medidas provisórias no sistema constitucional brasileiro. A capacitação aborda fundamentos, requisitos de relevância e urgência, limites materiais, técnica legislativa, tramitação no Congresso Nacional, emendas parlamentares, projeto de lei de conversão, vigência, revogação e perda de eficácia.

Constituição, Processo Legislativo e Jurisprudência do STF

Ao longo do curso, o participante compreenderá como interpretar o artigo 62 da Constituição Federal, a Emenda Constitucional número 32/2001, a Lei Complementar número 95/1998 e a Resolução número 1/2002 do Congresso Nacional. O programa também analisa controle de constitucionalidade e precedentes relevantes do Supremo Tribunal Federal sobre comissão mista, contrabando legislativo, reedição, créditos extraordinários, matérias vedadas e conversão em lei, além das particularidades das medidas provisórias estaduais.

Aplicações Tributárias, Financeiras e Institucionais

A formação aprofunda temas de elevada relevância profissional, como instituição e majoração de tributos, anterioridade tributária, responsabilidade fiscal, créditos extraordinários e impactos orçamentários. Estudos de caso permitem relacionar conceitos constitucionais a situações concretas encontradas na Administração Pública, na advocacia, em departamentos jurídicos e em ambientes corporativos.

Inteligência Artificial Aplicada à Análise Constitucional

O curso incorpora **Inteligência Artificial e LGPD** à pesquisa legislativa e jurisprudencial, ao monitoramento da tramitação, à comparação automatizada de textos normativos e à identificação de impactos jurídicos. O participante também desenvolverá competências em engenharia de prompts, verificação de fontes, controle de alucinações e uso responsável da IA, agregando uma certificação atual e relevante ao currículo profissional.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Proporcionar ao estudioso na área uma visão abrangente sobre os temas elencados no Conteúdo Programático.

DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO: O desenvolvimento do conteúdo programático requer a realização das seguintes atividades/dinâmicas, com vistas ao cumprimento da correspondente carga horária deste programa de capacitação:

- O aluno deverá assistir e eventualmente voltar a assistir às videoaulas, com o objetivo de fixar o conteúdo trabalhado pelo professor;
- Para cada aula ministrada, o Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA disponibiliza um ou mais e-books, a fim de que o aluno possa ler e reler os textos de apoio, aprofundando o estudo sobre cada um dos tópicos ministrados, objeto de seu desenvolvimento neste programa;
- O programa disponibiliza ainda uma lista de exercícios propostos, visando a fixação do conteúdo trabalhado, especialmente com questões/problemas que exigem a aplicação dos conceitos desenvolvidos nas aulas e nos livros-texto às situações concretas apresentadas;
- O aluno é também acompanhado por um ou mais tutores designados pela Instituição de Ensino. No AVA, o aluno dispõe ainda de um canal de interação com esses professores especialistas nas matérias objeto das aulas.

Cumprindo então todas essas atividades, agrupadas nos quatro itens acima, o aluno poderá usufruir de uma experiência de aprendizado enriquecedora, aproveitando todas as ferramentas que a Instituição coloca à sua disposição e, consequentemente, aprimorando sua qualificação profissional. Resta evidenciado que a carga horária total não está atrelada ao tempo de duração das videoaulas, mas à diligente observância do que é proposto neste projeto pedagógico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS: Origem e Evolução das Medidas Provisórias; Natureza Jurídica e Força de Lei; Art. 62 da Constituição Federal; Medidas Provisórias Antes e Depois da EC nº 32/2001; Competência do Presidente da República; Separação dos Poderes e Função Normativa do Executivo; Sistema de Freios e Contrapesos.
PRESSUPOSTOS CONSTITUCIONAIS DE RELEVÂNCIA E URGÊNCIA: Conceito de Relevância; Conceito de Urgência; Requisitos Constitucionais para Edição; Fundamentação e Motivação; Exposição de Motivos; Controle Político dos Pressupostos; Controle Jurisdicional da Relevância e Urgência.
LIMITES MATERIAIS À EDIÇÃO DE MEDIDAS PROVISÓRIAS: Matérias Vedadas pelo Art. 62 da Constituição Federal; Nacionalidade, Cidadania, Direitos Políticos e Direito Eleitoral; Direito Penal e Processual; Organização do Poder Judiciário e Ministério Público; Matérias Orçamentárias Constitucionalmente Vedadas; Reserva de Lei Complementar; Proteção dos Direitos Fundamentais.
ELABORAÇÃO, REDAÇÃO E TÉCNICA LEGISLATIVA DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS: Lei Complementar nº 95/1998; Decreto nº 12.002/2024; Estrutura Formal da Medida Provisória; Clareza, Precisão e Ordem Lógica; Exposição de Motivos e Justificativa; Análise Prévia de Constitucionalidade e Legalidade; Avaliação dos Impactos Jurídicos e Institucionais.
TRAMITAÇÃO DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS NO CONGRESSO NACIONAL: Submissão ao Congresso Nacional; Resolução nº

1/2002 do Congresso Nacional; Comissão Mista de Deputados e Senadores; Parecer da Comissão Mista; Tramitação na Câmara e no Senado; Prazos Constitucionais; Regime de Urgência e Sobrestamento da Pauta.

EMENDAS PARLAMENTARES E PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO: Apresentação de Emendas; Limites Constitucionais ao Poder de Emenda; Pertinência Temática; Vedação ao Contrabando Legislativo; Projeto de Lei de Conversão; Alterações pelo Congresso Nacional; Sanção e Veto Presidencial.

VIGÊNCIA, EFICÁCIA, REVOGAÇÃO E PERDA DE EFICÁCIA: Produção Imediata de Efeitos Jurídicos; Prazo Constitucional e Prorrogação; Suspensão da Contagem dos Prazos; Rejeição e Perda de Eficácia; Decreto Legislativo e Disciplina das Relações Jurídicas; Reedição e Revogação de Medidas Provisórias; Segurança Jurídica e Continuidade Normativa.

MEDIDAS PROVISÓRIAS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA: Instituição e Majoração de Tributos; Anterioridade Tributária e suas Exceções; Conversão em Lei e Eficácia Tributária; Limitações Constitucionais em Matéria Orçamentária; Créditos Extraordinários e Art. 167 da Constituição; Impacto Orçamentário e Responsabilidade Fiscal; Controle Legislativo e Jurisdicional.

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE E JURISPRUDÊNCIA DO STF: Controle Preventivo e Repressivo; Constitucionalidade Formal e Material; Controle da Relevância e Urgência; Controle das Matérias Vedadas; ADI 5.127 e Contrabando Legislativo; ADI 4.029 e Comissão Mista; Jurisprudência do STF sobre Reedição, Créditos Extraordinários e Conversão em Lei.

MEDIDAS PROVISÓRIAS NOS ESTADOS E NO DISTRITO FEDERAL: Autonomia dos Estados e do Distrito Federal; Princípio da Simetria Constitucional; Previsão nas Constituições Estaduais; Competência dos Governadores; Limites Materiais e Formais; Processo Legislativo Estadual; Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E LGPD APLICADAS ÀS MEDIDAS PROVISÓRIAS: IA para Pesquisa Constitucional e Legislativa; Monitoramento Digital da Tramitação; Comparação Automatizada entre Textos Normativos; Identificação de Alterações e Impactos Jurídicos; Engenharia de Prompts para Análise Constitucional; Pesquisa Automatizada de Jurisprudência e Verificação de Fontes; Controle de Alucinações, Segurança da Informação e Proteção de Dados.

ESTUDOS DE CASO SOBRE MEDIDAS PROVISÓRIAS: Análise de Medidas Provisórias Relevantes; Verificação de Relevância e Urgência; Identificação de Matérias Constitucionalmente Vedadas; Análise de Emendas e Contrabando Legislativo; Conversão em Lei e Perda de Eficácia; Aplicação da Jurisprudência do STF; Estudos Integrados para Revisão e Fixação.